



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ENFERMAGEM - FAENF**

**AURIONE MIRANDA DA CONCEIÇÃO
MÔNICA SANTOS DE ARAUJO LIMA**

**CONTANDO DAS COTAS – SUA SIGNIFICÂNCIA PARA UMA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO**

**BELÉM - PARÁ
2019**

AURIONE MIRANDA DA CONCEIÇÃO
MÔNICA SANTOS DE ARAUJO LIMA

**CONTANDO DAS COTAS – SUA SIGNIFICÂNCIA PARA UMA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará. Sob a orientação da Prof^a. Me. Maria de Nazaré Alves Lima e Coorientação da Prof^a Me. Maria Amélia Fadul Bittar

BELÉM – PARÁ

2019

**AURIONE MIRANDA DA CONCEIÇÃO
MÔNICA SANTOS DE ARAUJO LIMA**

**CONTANDO AS COTAS – SUA SIGNIFICÂNCIA PARA UMA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Enfermagem, sob a orientação da Prof.^a Me. MARIA DE NAZARÉ ALVES LIMA.

Defendido em: _____ de _____ de _____.

Conceito: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Maria de Nazaré Alves Lima –
Faculdade de Enfermagem - UFPA
Orientadora - Presidente

Profa. Dra. Roseneide dos Santos Tavares -
2º membro
Faculdade de Enfermagem - UFPA

Prof.^a Me. Daiane de Souza Fernandes -
3º membro
Faculdade de Enfermagem - UFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que nos deu fé, força e resiliência para alcançarmos os nossos objetivos. Ele sempre esteve ao nosso lado mesmo nos momentos de maior dificuldade e de alegria também. Nunca nos desamparou e sabemos que nunca nos abandonará.

Aos nossos familiares que não mediram esforços para nos ajudar em todos os sentidos a nos manter firmes, mesmo diante dos pensamentos de desistência. A eles nosso terno carinho, pois sempre compreendiam quando pelos muitos afazeres acadêmicos nos ausentávamos de suas presenças. Sempre nos recebiam de sorriso no rosto mesmo depois de um longo dia de atividades para ambos. Amamos vocês.

A diretora da faculdade de enfermagem Prof^a Roseneide Tavares que sempre nos apoiou e incentivou nos momentos difíceis da jornada acadêmica, sendo muito mais do que professora, uma amiga.

A nossa amada orientadora, pessoa impar que sabe ser amiga e inspirar alunos a serem pessoas e profissionais melhores, sempre buscando despertar em nós a busca incansável pelo conhecimento e pela valorização da enfermagem.

Agradeço ao Walber, uma pessoa especial e única em minha vida, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e ajudando quando precisei desde o início, sei que posso contar com você para tudo. Minha eterna gratidão, você faz parte da minha vida. (Aurione Conceição).

Agradecemos uma à outra pela amizade construída ao longo desses quatro anos e seis meses, pelo carinho recíproco, pelos conselhos sobre decisões importantes e orientações para trilhar o caminho da vida diária. Nas batalhas do dia-a-dia, estudando juntas e buscando valorizar-nos como mulheres e profissionais, aprendemos que precisamos aceitar as diferenças em todos os seus aspectos.

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar para os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Conceição Evaristo

RESUMO

O objetivo deste trabalho é conhecer a percepção e as expectativas dos moradores da comunidade remanescente de quilombos de Umarizal em Baião/PA, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. O estudo caracterizou-se como descritivo qualitativo, obtendo-se uma amostra de 10 pessoas, sendo 20% homens e 80% mulheres, na faixa etária entre 18-48 anos. Utilizou-se o questionário sobre cotas sociais que abrange características gerais dos participantes e questões relativas ao entendimento sobre o sistema de cotas raciais para negros quilombolas, aos benefícios e a importância que o PSE trouxe às famílias quilombolas, bem como suas expectativas em relação ao futuro da comunidade e perspectivas de retorno e atuação dos profissionais no quilombo. Identificou-se que 100% dos entrevistados compreendem que o sistema de cotas dá acesso a universidades públicas com reserva de vagas para negro e quilombolas, visando diminuir a lacuna desigual existente entre negros e brancos na história da sociedade. Para 60% dos participantes da pesquisa, dentre os benefícios alcançados, o recebimento de bolsas auxílio é um incentivo primordial em razão do estudante não ter condições de custear suas despesas sozinho. Foi verificado que todos os entrevistados (100%) esperam que os futuros profissionais retornem ao seu local de origem trazendo seus conhecimentos e projetos, atuando de maneira efetiva e ajudando no crescimento e desenvolvimento da comunidade quilombola. Destarte as cotas e o PSS serem um tema controvertido, que gera calorosas discussões, não sendo unânimes as posições favoráveis, são notório que essa ação afirmativa representa considerável vitória para a raça negra. O estudo demonstra que para os moradores da comunidade do Umarizal, remanescentes de quilombo, há esperança de melhoria de vida, de dignidade e de prosperidade, estando esses anseios intimamente ligados à educação e o processo seletivo especial é a luz aos precisam para a efetivação do direito que lhes é devido.

Palavra-Chave: Cotas Raciais, Inclusão Social, Processo Seletivo Especial, Quilombolas

ABSTRACT

The purpose of this work is to know the perception and the expectations of the residents of the remaining quilombos community of Umarizal in Baião / PA, regarding the inclusion of some of their residents in the undergraduate courses of the Federal University of Pará State. The study was characterized as transversal, obtaining a sample of 10 people, being 20% men and 80% women, in the age range between 18-48 years. The questionnaire on social quotas was used, covering general characteristics of the participants and questions related to the understanding of the system of racial quotas for black quilombolas, benefits and the importance the PSE brought to quilombola families, as well as their expectations regarding the future of the community and perspectives of return and performance of the professionals in the quilombo. It was identified that 100% of the interviewees understand that the quota system gives access to public universities with reservation of vacancies for blacks and quilombolas, in order to reduce the unequal gap between blacks and whites in the history of society. For 60% of the research participants, among the benefits achieved, receiving aid scholarships is a prime incentive because the student can not afford to spend his or her own expenses. It was verified that all the interviewees (100%) expect future professionals to return to their place of origin bringing their knowledge and projects, acting in an effective way and helping in the growth and development of the quilombola community. So the quotas and the PSS are a controversial subject, which generates warm discussions, not being unanimous the favorable positions, it is notorious that this affirmative action represents a considerable victory for the black race. The study shows that for residents of the Umarizal community, remnants of a quilombo, there is hope for improvement in life, dignity and prosperity, and these anxieties are closely linked to education and the special selective process is the light they need to make the right.

Key words: Racial Quotas, Social Inclusion, Special Selection Process, Quilombolas.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Perfil Socioeconômico dos Quilombolas no Brasil	24
Figura 02 – Etapas do Processo Seletivo Especial da UFPA	26
Figura 03 - Mapa de acesso a Comunidade de Umarizal (Via fluvial ou terrestre)	27
Figura 04 – Comunidade de Umarizal.....	28
Figura 05 – Samba de Cacete.....	30
Figura 06 – Praça da Comunidade	30
Figura 07 – Associação das Comunidades Remanescente dos Quilombos – ACORBU	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária	35
Gráfico 02 – Escolaridade	35
Gráfico 03 – Renda mensal em reais	36
Gráfico 04 – Recebimento de Benefício social	36
Gráfico 05 – Estado Civil	37

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CF – Constituição Federal

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudante

INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa

PSE - Processo Seletivo Especial

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	JUSTIFICATIVA	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1	ORIGEM DOS QUIOLOMBOS	15
2.2	O FUNCIONALISMO DE DURKHEIM E A INTERPRETAÇÃO DE SOCIEDADE – RACISMO E PRECONCEITO	20
2.3	O ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT) DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF) DE 1988	21
2.4	LEI DAS COTAS	22
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1	TIPO DE ESTUDO	25
3.2	LOCAL DA PESQUISA	25
3.3	AMOSTRA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	2930
3.4	COLETA DE DADOS	29
3.4.1	Desenvolvimento da coleta	29
3.4.2	Etapas da coleta	301
3.5	ANÁLISE DOS DADOS	30
3.6	QUESTÕES ÉTICAS E LEGAIS	312
3.7	DESCRIÇÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	32
4.2	ANÁLISE TEMÁTICA E INTERPRETAÇÃO	356
4.2.1	Tema 1 - Do entendimento sobre as cotas	356
4.2.2	Tema 2 - Opinião sobre as cotas raciais e benefícios alcançados	367
4.2.3	Tema 3 - Perspectivas quanto ao futuro.	389
5	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	412
	APÊNDICES	432
	ANEXO	47

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil em seu artigo 5º que trata dos direitos e garantias fundamentais destaca: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (CF 1988). Cabe destacar que a igualdade para ser alcançada, carece de medidas de equidade. Desde a promulgação da constituição, diversos projetos têm sido propostos na modalidade de “ação afirmativa”, visando implementar políticas públicas para proteger minorias e grupos discriminados no passado, removendo empecilhos que obstruam o acesso de alguns grupos à universidade, mercado de trabalho, entre outros. Questões de inclusão de políticas públicas federais na temática racial no Brasil, bem como respostas a essas demandas não são atuais. A Constituição de 1988, foi um marco importante para as transformações sociais que ocorreram no país, no que se refere à questão racial. Introduziu a criminalização do racismo definido pela Lei 7.716/1989, assim como, reconheceu o direito de posse da terra às comunidades quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares, garantindo o reconhecimento do valor histórico e cultural dos negros. (LIMA, 2010). Sabe-se que ao longo da história do Brasil, os negros e os indígenas não gozaram das mesmas oportunidades de ascensão social e até mesmo de trabalho que os brancos. (QUINTILIANO, 2015). A abolição da escravatura não veio acompanhada de políticas de inclusão habitacional, educacional nem de geração de emprego e renda. Para Leite, (2000) desde a resistência dos africanos ao escravismo colonial à redemocratização do país nos anos 70, a luta política dos afrodescendentes tem sido na atualidade, questão relevante e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção. Nascimento (2016), em sua obra” *O genocídio do negro brasileiro*” é enfático em dizer que existe uma pseudodemocracia racial em lugar de uma sociedade plurirracial democrática e que a abolição por si só não pôs fim aos agravos sofridos pelos povos afrodescendentes. Segundo o autor, o negro foi condenado à margem da periferia da sociedade de classes como se não pertencesse a ela. Um genocídio insidioso que excluiu a participação efetiva e o eficiente dos direitos civis e políticos, onde supostamente pretos e brancos coexistem com harmonia e desfrutam de igual oportunidade, sem nenhuma intervenção na disputa social, seja de origem racial ou étnica. Questiona se a extensão desse tipo de relação racial no Brasil constitui-se em realidade, ao ponto de inspirar ou sugerir modelos assistenciais adequados ao desenvolvimento dos povos negro-africanos e de suas culturas.

Em resposta as ações afirmativas oriundas da redemocratização do Brasil que trouxe aos brasileiros uma gama maior de direitos civis, em dois mil e treze ocorreu a implantação da Lei nº 12.711/2012, na qual Universidades e Institutos Federais passaram a reservar 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (Lei nº 12.711/2012). Essa política governamental garante aos grupos excluídos o acesso ao ensino superior e a permanência nele. Muitos argumentam que essas ações discriminam a minoria, uma vez que mostra a incapacidade de competição de forma igual às vagas da Universidade. Para outros que são favoráveis à iniciativa, as cotas são um avanço, pois ajudam no ingresso à Universidade e, conseqüentemente, melhora no estilo de vida, posto que, passam a ocupar cargos que exigem formação superior. (QUINTILIANO, 2015). Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará, seguindo o exemplo de outras instituições públicas federais de ensino superior passou a cumprir a lei. Pensando nisso, o presente estudo visa conhecer a percepção e as expectativas dos moradores de uma comunidade remanescente de quilombos, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, bem como os benefícios que o Processo Seletivo Especial trouxe para essas famílias e descrever as expectativas dos moradores quanto ao futuro do quilombo após a formação dos estudantes. Dessa forma, a busca será pela explicitação de fala dos familiares dos estudantes de diversos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), que adentraram na Universidade por meio do Processo Seletivo Especial (PSE). O caminho escolhido foi primeiramente contextualizar o surgimento da escravidão e dos quilombos no Brasil, explanar a luta dos afrodescendentes pela garantia dos direitos fundamentais e analisar o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988, que reconhece a existência das comunidades remanescentes de quilombo e a Lei nº 12.711/2012, que regulamenta o ingresso de negros, pardos, indígenas e portadores de deficiência por meio de cotas nas universidades federais.

Para embasar o presente trabalho, nos servimos dos estudos de funcionalismo de Durkheim e a interpretação de sociedade, assim como teorias de Ronald Dworkin, John Rawls, Nancy Fraser para fundamentar a discussão sobre as cotas raciais. A proposta desta pesquisa é analisar com um olhar mais humanizado sobre os familiares, que possuem parentes cursando algum curso superior na UFPA, buscando suas percepções, significações e expectativas sobre as políticas de cotas e o futuro da comunidade quilombola. Iniciamos com a introdução sobre o tema, e uma breve revisão da literatura para melhor entendimento do assunto.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Conhecer a percepção e as expectativas dos moradores de uma comunidade remanescente de quilombos, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Entender a percepção dos familiares dos estudantes sobre o sistema de cotas raciais nas universidades;
- Compreender os benefícios que o Processo Seletivo Especial trouxe para as famílias remanescentes de quilombos;
- Analisar a importância do sistema de cotas para os moradores da comunidade quilombola;
- Descrever as expectativas dos moradores da comunidade relacionadas aos futuros reflexos no quilombo após a formação dos estudantes.

1.2 JUSTIFICATIVA

O sistema de cotas nas universidades federais brasileiras tem sido o alvo de polêmica desde antes de sua implantação. Sendo os moradores das comunidades remanescentes de quilombos, os principais atores dessa política social, e por uma das autoras desse estudo pertencer a uma dessas comunidades, cursando a faculdade de enfermagem na Universidade Federal do Pará, é que pretendemos revelar o entendimento dessa política pelos moradores desse lugar e o significado dessa inclusão para os mesmos. A percepção do sentido e suas expectativas sobre o ingresso e a permanência na universidade podem nortear o projeto pedagógico da faculdade de Enfermagem e adequar os conteúdos de suas atividades curriculares e assim contribuir mais com a comunidade, dada a função social da universidade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ORIGEM DOS QUILOMBOS

Em 1500 na “descoberta” do Brasil pelos portugueses, simultaneamente a raça negra apareceu no país adubando a terra brasileira com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu sofrimento na escravidão. Apenas trinta anos após o descobrimento o Brasil já dispunha de um comércio escravagista muito bem organizado e estruturado, o que contribuiu para o crescimento dessa atividade com o uso da força muscular dos africanos. A mão de obra escrava primeiramente foi utilizada nas plantações de cana-de-açúcar que se localizavam especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco, porém com a descoberta de metais preciosos no século XVIII em Minas Gerais, o ponto focal dos escravos africanos foi transferido mais para o sul do país. O mesmo fato se repetiu na metade do século XIX, após o declínio da produção das minas e o início do chamado ciclo do café, onde as plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 13 de maio de 1891, por meio da Circular nº 29 o então Ministro das Finanças Rui Barbosa ordenou a queima de todos os arquivos e documentos relacionados à escravidão, com o comércio de escravos e com a escravidão, porém a estimativa do número de escravos africanos seja mais de 4 milhões. (NASCIMENTO, 2016).

Os trabalhos árduos, sem horário estabelecido e sob maus tratos dos feitores, caracterizavam a vida diária dos escravos. Mattos (2016) destaca que a rotina dos trabalhadores escravos nas fazendas de café no Rio de Janeiro e redondezas era árdua. Logo cedo antes do pôr do sol os escravos se dirigiam às lavouras a pé ou em carro de boi, trabalhavam 15 horas por dia e só saíam dos cafezais ao anoitecer e ainda tinham que cortar lenha, preparar a refeição para o dia seguinte e torrar o café, só se recolhiam às senzalas feitas de pau a pique e sapé, sem janelas, por volta das 10 da noite. O Brasil utilizava a mão de obra escrava nos mais variados serviços como no beneficiamento do algodão para confecção de roupas para os escravizados e para o ensacamento de açúcar, na produção de mandioca e milho, no cuidado dos serviços domésticos, na manutenção das propriedades e no transporte dos produtos para os grandes centros. Outros eram empregados em serviços artesanais como no tratamento do couro e nas cerâmicas, bem como nas pedreiras. Eram ainda, responsáveis pelo abastecimento de água nas casas, e no transporte de seus proprietários em carruagens, cadeirinhas e liteiras.

Os menos ludibriados pelos enganos em torno da escravidão foram os próprios africanos que desde o início da escravidão negaram com veemência a versão oficial de sua docilidade ao regime e sua suposta aptidão natural ao labor forçado. Eles protestavam de várias formas a submissão ao regime que incluía o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta e o banzo. Este último o mais triste e trágico modo de rejeição, que era a perda definitiva da vontade de viver e de qualquer esperança, que o levava ao definhamento e a morte lentamente. Na luta pela independência do país escravocrata em 1798 a Conjuntura dos Alfaiates foi esmagada na Bahia com quatro dos seus líderes enforcados e seus corpos expostos esquartejados em via pública. E até mesmo após a independência do Brasil em 1822, o país ainda continuou com a mesma ideologia escravagista em aliança com a política imperialista de Portugal na África. (NASCIMENTO 2016).

Cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres foram escravizados para a formação do mundo moderno e de um novo modelo de economia mundial, cerca de 40% desse número veio para o Brasil, constituindo a principal força de trabalho por mais de trezentos anos de escravidão, não obstante, onde houve escravidão, houve resistência sendo a mais típica dela a formação de grupos de escravos fugidos. A esses grupos era dado o nome de quilombos ou mocambos e seus membros quilombolas, calhambolas ou mocambeiros, os quais se tornariam comuns no colonialismo americano e um desafio direto ao sistema patrimonial e autocrático, permanecendo até a véspera da Abolição em 1888. Africanos fugidos da escravidão se instalavam em quilombos nas províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco, mas sem sombra de dúvidas o quilombo mais expressivo no Brasil foi “República de Palmares” que chegou a abrigar cerca de trinta mil habitantes entre homens, mulheres e crianças. Estudos concluíram que os escravos fugidos tinham sido maltratados antes da fuga rebelando-se muitas vezes individual ou coletivamente. (GOMES 1996, NASCIMENTO 2016).

Nascido de escravos fugidos que se estabeleceram na Zona da Mata no Estado de Pernambuco no início do século XVII, Palmares localizava-se cerca de setenta quilômetros a oeste do litoral e era formado por duas áreas: a grande aldeia central, na serra da Barriga chamada Macaco, uma aldeia menor, na margem esquerda do rio Gurungumba, no total, Palmares compunha-se de nove aldeias, estima-se que seis mil pessoas viviam na aldeia capital. O quilombo possuía uma organização estruturalmente complexa, com ruas, casas, capelas, oficinas, olarias, lavouras de feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar, com sistema de produção comum de trocas, com capacidade defensiva e liderança política e militar, se constituindo um verdadeiro estado africano no interior das florestas de Alagoas. As aldeias

menores eram comandadas pelos respectivos chefes e estas pelo líder principal do quilombo. Diferentemente dos quilombos instalados na Jamaica e no Suriname que celebraram acordos de paz com os mandantes coloniais, adquirindo autonomia e sobrevivência até hoje, Palmares não teve o mesmo desfecho. Após várias incursões militares para destruir o quilombo, o que levou a morte e captura de vários quilombolas, Ganga Zumba, líder principal do mocambo, fez em 1678 um acordo com o governador de Pernambuco Aires de Souza e Castro, que garantiria a posse de Cucaú no norte de Alagoas e a liberdade aos rebelados. Porém, nem todos os quilombolas aceitaram o tratado de paz, entre os tais, Zumbi, que aliado a opositores assassinaram Ganga Zumba. O acordo não foi cumprido pelo governo que reescravizou os quilombolas que foram para Cucaú. Zumbi, torna-se então, o novo líder de Palmares. O maior quilombo do Brasil resistiu por mais de seis décadas a mais de 27 expedições militares enviados pelos portugueses e holandeses até que foi arrasada pela força mercenária sob o comando de um bandeirante (GOMES, 1996; MATTOS, 2016; NASCIMENTO, 2016).

Os escravos não se conformavam com as condições a que eram expostos e diante da violência e da opressão provocadas pela escravidão os escravos resistiam de várias formas. Promoviam fugas e revoltas, cometiam crimes como furtos, roubos, estelionatos e homicídios contra seus senhores, suicídios e fugas também eram frequentemente reivindicações por melhores condições de trabalho e de sobrevivência, manutenção de direitos adquiridos, como dias de descanso, autorização para cultivar as próprias roças e organização de festas. Pode-se citar ainda as revoltas organizadas e planejadas nas casas, nas senzalas e nas matas pelos escravos, libertos e livres pobres. A mais famosa foi a que ocorreu na Fazenda do Castelo no bairro do Jaguari em Campinas/São Paulo organizada por 120 escravos. Os rebeldes foram presos e três deles condenados por serem chefes da revolta. (MATTOS 2016).

A estrutura econômica do Brasil, um país recém fundado, jamais teria existido sem a força de trabalho do negro escravo. O africano escravizado compôs o alicerce das bases da nova sociedade brasileira, sustentando a riqueza material do Brasil para o proveito exclusivo da aristocracia branca com seu labor, enquanto que os grandes proprietários de terras, os comerciantes, o sacerdócio católico, se exercitavam na indolência, na manutenção da ignorância, no preconceito e na prática da luxúria. Por séculos o sistema escravocrata gozou a fama de ser uma instituição benevolente de humanização, principalmente no exterior, isso graças aos disfarces do colonialismo português que encobria seu racismo, sua violência, sua crueldade e espoliação aos afrodescendentes, sempre mascarando o ideológico imperialista. (NASCIMENTO, 2016).

As altas taxas de mortalidade entre os escravos de todas as idades, mas principalmente as crianças, era o reflexo do tratamento desumano recebido por parte dos escravistas. Em razão da proximidade do território brasileiro com a África os escravos eram mais facilmente substituídos quando doentes ou imprestáveis, o que barateava o preço em relação aos Estados Unidos. Além da violência e crueldade sofridas pelos afrodescendentes, o colonizador tentava assimilar na população africana a cultura e a identidade portuguesa pelo uso da força militar. O império tentava de todas as formas amenizar a prática escravagista com o uso de dissimulação e mentiras, inclusive falsificando fatos históricos que afirmavam que a escravidão era conhecida, cultivada e praticada como sistema político no território africano. A imagem da “mãe preta” aleitando a criança branca tentava trazer evocações de proximidade entre o escravo e o senhorio. O país africano teve suas terras roubadas e ocupadas por meio da ameaça e do suborno aos chefes das tribos, além do uso da força armada que garantiu a apropriação indevida das riquezas da África. Tentando provar a ausência do racismo na sociedade escravista os governantes usaram a classificação social como oposta à racial, porém apenas os africanos (negros) e não os europeus (brancos) foram escravizados (NASCIMENTO, 2016).

Em contrapartida Mattos (2016), relata que a escravidão antes do século XV já era considerada uma prática comum no interior da África Subsaariana, na qual os cativos podiam ser conseguidos em guerras ao perderem o embate, sendo subjugados à escravidão, disputas políticas que ocasionava em rapto de mulheres, pela fome onde havia a venda de si mesmo ou de parentes ou por penas por crimes cometidos e dívidas. No século XVI e seguintes o comércio escravagista cresceu vertiginosamente chegando a mais de 7 milhões de escravos vendidos.

A Igreja Católica apoiava o tráfico negreiro com toda sua desumanidade. Citando o padre jesuíta Antônio Vieira:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos[...] porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar. (NASCIMENTO, 2016, p. 62).

No Brasil o assunto “democracia racial” está cercado de tabus, com características que não se podem tocar, como se fosse um terreno proibido e que deve permanecer escondido, para que as “supostas vítimas”, não sejam despertadas, portanto essas questões que envolvem relações de raça no Brasil que abarcam a sociedade devem permanecer intocáveis o que ajuda

a eternizar o modelo de relação que tem havido desde os tempos da escravidão. Citando Dzidziény (1971) o autor relata que as relações raciais brasileiras é de modo tão semelhante em suas características ao sul dos Estados Unidos que seria difícil distinguir o retrato social entre ambos. Para ele, os que mais propagam a fábula da “democracia racial” são aqueles que unicamente possuem o privilégio de poder decidir em todas as esferas político-econômico-sociais: o branco. Essa exclusividade de poder se expressa de várias formas inclusive na cultura e na língua. Para exemplificar, o autor cita que encontramos as seguintes definições para a palavra negro: mancha; luto; preto; negro; escuro; lúgubre, tétrico; tenebroso; sinistro; mau; perverso; hostil; calamitoso; desastroso; mortal; maligno (NASCIMENTO 2016).

Para Ribeiro (2015, p. 25-26), o povo, a sociedade e a cultura brasileiros são formados por diversas matrizes raciais díspares, de tradições e culturas distintas, variantes da versão lusitana, coloridos herdados dos índios e dos negros africanos. Conquanto diferentes de suas origens raciais e culturais os brasileiros se veem como uma só gente, pertencente à mesma etnia, que fala a mesma língua que se diferencia pelas pronúncias regionais. Um povo-nação, uma sociedade de etnia nacional dentro do mesmo Estado. Essa unidade é resultado de um sangrento processo de unificação política que obteve sucesso mediante repressão e supressão de toda pretensa separação. Em oculto a essa uniformidade étnica/cultural está um afastamento social profundo, que nasceu do próprio processo de fragmentação em sua formação. Segundo o autor, diferentemente das outras formas de evolução de sociabilidade na qual os grupos se formam para atendimento de suas necessidades de sobrevivência e crescimento mútuo, o Brasil surge explorando a força de trabalho escrava, alistada para servir objetivos de mercado alheios a ela com violência tal que pode ser definido como um genocídio implacável. Nesse cenário a estratificação social aumenta a distância entre as classes que dominam e as que são subjugadas.

Após um período de mais de 400 anos de exploração do trabalho negro, seguiu-se um período de total ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão do negro na sociedade, concomitantemente, a política de incentivo à entrada do imigrante europeu ganhou espaço para ocupar os postos de trabalho outrora executados pelos escravos, porém de forma assalariada. Essa situação continuou mantendo os privilégios de uns e a criação de um processo de marginalização crônica da população negra, impedindo o acesso dessa população aos direitos básicos como moradia, educação, saúde, trabalho entre outros, aumentando a desigualdade ao logo de gerações. (DOS SANTOS, 2016).

2.2 O FUNCIONALISMO DE DURKHEIM E A INTERPRETAÇÃO DE SOCIEDADE – RACISMO E PRECONCEITO

Embora não existam registros precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil, conta-se a abolição da escravidão desde 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel aboliu a escravidão no Brasil, colocando nas ruas milhares de negros que, de uma hora para outra, ficaram sem destino. Decorridos 119 anos, os negros continuam sendo tratados como raça inferior a quem ficam destinados os piores empregos, poucas possibilidades de acesso ao nível superior, expostos que são ao racismo naturalmente estruturado e institucional.

Para Durkheim define fato social como os instrumentos sociais e culturais que determinam as maneiras de agir, pensar e sentir na vida de um indivíduo, devendo atender a três características: a generalidade, a exterioridade e a coercitividade. Assim, o fato social o obriga a se adaptar às regras da sociedade atender a três características: **a generalidade, a exterioridade e a coercitividade**. A generalidade ocorre quando os fatos sociais são coletivos e não individuais. A exterioridade, característica que denomina os fatos sociais exteriores ao indivíduo e que já estão organizados antes mesmo dele nascer e a coercitividade a qual está relacionada ao poder ou à força que os padrões da cultura de uma determinada sociedade são impostos aos integrantes. Essa característica obriga os indivíduos a cumprirem os padrões culturais e sociais que nem sempre estão de acordo, mas que são convenções e existem apesar do indivíduo concordar com elas ou não.

Nesse sentido, o racismo nada mais é que a exteriorização da classe dominante que consegue influenciar toda a sociedade podendo assim ser aplicada a teoria de Durkheim, onde a mídia e as instituições fortalecem de forma coletiva, a desvalorização de negros e negras.

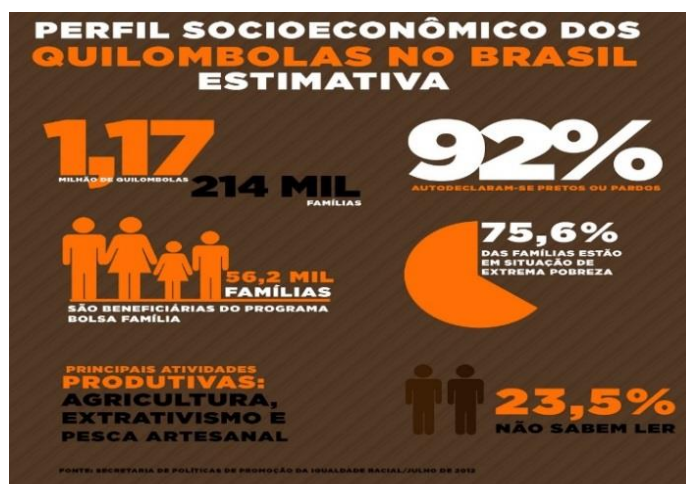
Após 300 anos de escravidão, o pensamento de que negros e negras não merecem frequentar os mesmos espaços está arraigado na construção do pensamento coletivo devido ao atrelamento das intuições aos que detém o poder hegemônico. Ainda para Durkheim, os **fatos sociais** atuam sobre os indivíduos "moldando" seus "jeitos de ser" pois tudo que diz respeito a vida dos indivíduos é determinado pela estrutura da sociedade em que ele vive. Portanto, ainda na atualidade, passados 119 anos, a estrutura pouco mudou o pensamento entranhado de preconceito da maioria branca e parda, o qual determina até hoje os modos de sentir, pensar e agir dos brasileiros.

2.3 O ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT) DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF) DE 1988

O Artigo 68 do ADCT reconhece o direito de propriedade definitiva das terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando essas terras, estabelecendo como dever do Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Para Miranda (2005, p. 3 e 4), a posse da terra é uma maneira dos habitantes do quilombo criarem laços familiares e relações que se formam nas próprias comunidades o que garante a permanência das pessoas no local, não tendo valor de troca, pois pertence ao grupo e representa a sua identidade e de onde tiram a sobrevivência. A autora relata que no período Pós-Constituição de 1988, houve diversas pesquisas que discutiam a legislação, principalmente decretos e leis que foram formulados para atender as necessidades dos quilombolas e dos afrodescendentes. No meio dessas pesquisas, houve a que foi realizada em 1998 na Comunidade negra rural de Tijuacu, na qual os moradores relatavam sobre os avanços nos campos social, político e econômico da comunidade no pós-reconhecimento, entre eles elevação da autoestima, projetos culturais foram colocados em prática e o destaque no próprio município na área política, em que seus moradores conseguira eleger um quilombola, para representá-los na Câmara Municipal, na cidade de Senhor do Bonfim criando perspectivas de mudanças futuras. Na economia, foram desenvolvidos alguns projetos na região de opções de manutenção da população, que até então tinha como renda, apenas, a agricultura familiar.

Dadas às más condições de emprego, geração de renda e educação aos brasileiros negros, os indicadores nesses quesitos tem sido os mais baixos, revelando a grande desigualdade social, conforme a figura 01 demonstra:

Figura 01 – Perfil Socioeconômico dos Quilombolas no Brasil.



FONTE: <https://www.seppir.gov.br/sitemap>.

2. 4 LEI DAS COTAS

Nesse contexto, sob a liderança do movimento negro a sociedade se levanta para debater a necessidade de medidas reparadoras e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Surge neste momento debates e questões acerca das ações afirmativas que quebram o silêncio sobre as relações raciais no Brasil. As cotas são, portanto, efetivação das ações afirmativas, uma das mais relevantes políticas criadas especificamente para a população negra e indígena no país. Uma conquista do movimento negro, mas que ainda provoca polêmica acerca do tema. (DOS SANTOS, 2016).

Para Ferreira e Matos, 2017, essa polêmica tem base na história dos afro-brasileiros e na situação real em que estão submetidos hoje. Essas situações geram efeitos negativos na concepção da construção da identidade pessoal, que por sua vez formam toda a organização social, num processo cíclico contínuo, vicioso, que mantem as desigualdades, em função de um racismo institucionalizado. Destacam que em torno de todos os debates o enfoque da promoção da discussão aberta das questões relacionadas aos descendentes dos africanos é sem dúvida o rompimento da ideia de uma “democracia racial” no Brasil.

Nesse sentido, a Lei nº 12.711 de 29.08.2012, conhecida como Lei das Cotas proposita garantir a reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas e pretos, pardos e indígenas, no âmbito das Instituições Federais de Educação Superior. A lei prevê o preenchimento de no mínimo 50% das vagas nos cursos de graduação, que deve ser atingida no prazo de quatro anos. Ao final de dez anos o Programa deverá passar por avaliação dos impactos alcançados considerando o panorama de desigualdades verificado anteriormente pelo censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O perfil utilizado como critério para a conquista das vagas é que o estudante deve ser egresso da escola pública e ter renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos. O candidato poderá valer-se do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no processo seletivo para o ingresso.

Nessa esteira, a Universidade Federal do Pará, em resposta a demanda estabelecida pelos movimentos sociais e pela Lei de Cotas, através da Resolução nº 4.309 de 27 de agosto de 2012, em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, adere ao Programa estabelecendo em seu Artigo 1º a reserva de duas vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo Especial (PSE) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade. Desde então a UFPA tem garantido esse direito aos quilombolas e indígenas.

O PSE para indígenas e quilombolas é uma importante política pública de ação afirmativa da UFPA para ingresso ao nível educacional superior público e é composto das avaliações especiais para as comunidades quilombolas (2013), indígenas (2011) e trabalhadores do campo (2010) na instituição, o PSE se dá em duas etapas após a inscrição do aluno via *on-line* no processo: prova de redação em língua portuguesa, valendo 10 pontos e entrevistas individuais, com análise do histórico escolar do ensino médio, também valendo 10 pontos, com aprovação mínima de 4 pontos, ambas etapas classificatórias e eliminatórias, conforme mostra a figura 02 abaixo:

Figura 02 - Etapas do Processo Seletivo Especial da UFPA.



Fonte: UFPA

FONTE: UFPA

Sobre o Processo Seletivo convém informar que no corrente ano de 2019, a UFPA ofertou mais de 600 vagas em pelo menos 179 cursos de graduação, distribuídos em 11 cidades paraenses.

Em edição de Agosto de 2017, a Revista Veja traz em suas páginas uma reportagem que faz uma avaliação do sistema de cotas passados quinze anos de sua implementação. A revista destaca que as previsões catástrofes negativas de que a nota para a entrada na universidade cairia muito, de que os cotistas não teriam condições de acompanhar as aulas e

apresentar bons desempenhos, que eles desistiriam da faculdade no meio do trajeto, que os cotistas seriam profissionais desqualificados e que ninguém os empregaria e que o sistema de cotas iria aumentar a questão racial no país, não frutificaram, muito pelo contrário, o programa deu tão certo que até a maior universidade do Brasil a Universidade de São Paulo até então resistente a esse método de inclusão implantou esse sistema em seus concursos. Segundo a revista, apesar da carência de dados na literatura o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), analisou os dados do Exame Nacional do Ensino Médio, a prova que permite o candidato acessar às universidades e verificou que a nota média dos não cotistas ao ingressarem nas instituições de ensino superior é maior do que a de cotista, porém a variação é ínfima não chegando a 5%, podendo chegar a pouco mais de 6% na Universidade de Brasília (UnB), no curso de Medicina, por exemplo. No que se refere a questão de que os cotistas não teriam condições de acompanhar as aulas e ter bom desempenho os pesquisadores Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho da Universidade Federal Fluminense, mostraram que os estudantes com cotas tiram, em média, notas 10% menores que os demais no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE), contudo em 2009 os cotistas tiveram notas maiores: 6,9% acima dos não cotistas. Quanto ao ponto de que os cotistas deixariam a faculdade sem concluir o curso, em estudo realizado pelo economista Naercio Menezes do INSPER, foi observado justamente o contrário se comparando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a UnB, na primeira a evasão dos alunos que ingressaram pelo sistema cotas foi de 26% enquanto que os não cotistas tiveram uma evasão de 37%, já na segunda, a taxa de desistência dos estudantes que entraram pelas cotas foi de 3,4% frente aos não cotistas que foi de 3,1%, portanto índices praticamente iguais em ambos os casos. Em relação a questão de que as cotas iriam exacerbar a questão racial no Brasil o Disque 100 registrou 1326 atendimentos de denúncias contra agressões e preconceitos de raça, porém não há evidências que essas ocorrências sejam resultados da presença dos negros, pardos e índios na universidade, o que sugerem ser reações racistas que rodeiam a sociedade brasileira de modo geral.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo metodologicamente se enquadra como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, visto que o tipo de pesquisa responde a questões muito íntimas, onde o nível de realidade não pode ser quantificado, como crenças, aspirações, valores, motivos, sentimentos, logo, não se podendo operacionalizar, busca investigar questões relacionadas ao fenômeno em estudo e as suas relações, valorizando o contato direto com o evento estudado, buscando o que é comum, deixando-o aberto para percepção das individualidades e significados, bem como analisa as expressões humanas presentes nas relações, nos atores e nas representações. (Minayo 2001; Gil, 1999).

Para Oliveira 2011, nesse tipo de estudo a intenção é sempre capturar a perspectiva dos participantes, isto é, pesquisa-se como os entrevistados percebem as questões que estão sendo estudadas e o significado que as pessoas atribuem às coisas e às suas vidas é foco de atenção especial pelo pesquisador. Para o autor, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A comunidade quilombola de Umarizal, fica ao Município de Baião no Estado do Pará, localizado no entorno da Reserva Extrativista (RESEX), região do Baixo Tocantins. Recebeu o nome de Umarizal ou Umarizal dos Pretos, em razão da grande quantidade de marizeiro, planta nativa da região. As terras do quilombo foram herdadas da organização social de quilombos formados ao longo dos séculos XVIII e XIX no domínio da escravidão negra na Amazônia. O Projeto de lei nº. 001/93, incorporou Umarizal ao Município de Baião, Estado do Pará. Possui uma imensa variedade de fauna e flora da região. Pode-se acessar o quilombo por via fluvial através do rio Tocantins e pela PA 156 (Transcametá). (Figura 02 e 03).

Vanzin e Figueiredo, 2016, relatam que o quilombo de Umarizal originou-se a partir do século XVIII da formação de comunidades negras rurais na região do Vale do Tocantins. Tomou-se a base demográfica da região entre 1755 e 1778 com a chegada de escravos importados de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique, juntando-se com as comunidades indígenas de variadas etnias que ocupavam a região e povoando lentamente o vale do Tocantins. Essa importação se deu pela diversidade da economia amazônica como os engenhos de cana, cultivo do arroz, cacau, algodão, etc. Os autores em

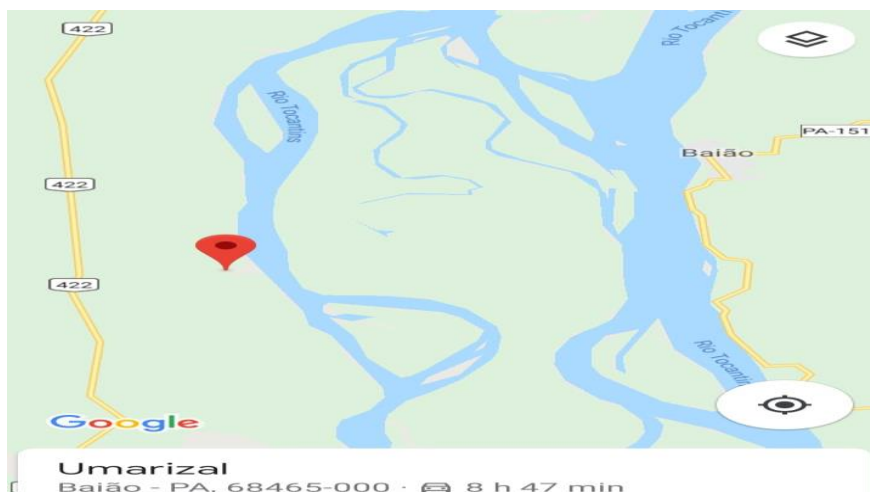
entrevista com os moradores do quilombo obtiveram informações importantes sobre o surgimento da comunidade. Na lembranças dos moradores o povoamento inicial se deu por volta do século XIX, quando famílias das comunidades negras de Maracú e Putiri, que fugiam da escravidão se refugiaram no município de Cametá, estabelecendo moradia na localidade de Novo Destino. Posteriormente, por volta de 1920 estas famílias, deslocaram-se para a localidade de Paxiubal, situada à margem de um igarapé na antiga rodovia Transcametá (PA-156), onde passaram a povoá-la, porém a terra era ocupada por etnias indígenas, principalmente os Asurinís-do-tocantins, iniciando-se conflitos entre os povos.

Figura 02 - Comunidade de Umarizal vista de cima



Fonte: Googlemaps

Figura 03 - Mapa de acesso a Comunidade de Umarizal (Via fluvial ou terrestre)



Fonte: Googlemaps

Após lutas para reconquistar a estrada de ferro do Tocantins em 1928, na qual houve grandes perdas aos indígenas, os índios reagiram veementemente à invasão com ataques que resultaram em várias mortes à Paxiubal, levando as famílias Paxiubalenses a fugirem da região ocupando o que hoje compreende o território de Umarizal. Segundo os moradores devido aos ataques sofridos pelos índios muito quilombos desaparecem, e apenas por volta de 1940 os embates cessaram depois que um negro da vila Chamado Valdemar, apelidado de Volta Seca, ter se “apadrinhado” com uma índia da região dos Assurinís. (Vanzin e Figueiredo, 2016).

A comunidade possui aproximadamente 2.500 habitantes residindo em 320 residências familiares distribuídas em 13 ruas, 02 avenidas e 05 travessas. Sua infraestrutura envolve: sistema de energia elétrica, sistema de água encanada, uma unidade de saúde, duas unidades de educação uma de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio, uma igreja católica, uma praça, um trapiche, três igrejas evangélicas, uma Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal (ACORQBU), doze mercadinhos e um barracão de festa e não tem ruas asfaltadas. Culturalmente, há a manifestação do Festival Quilombola que ocorre no mês de setembro para apresentar a cultura local como o samba-de-cacete e promover a igualdade racial, cultura esta herdada dos ancestrais africanos, como, também, a representatividade das festas dos santos padroeiros, com destaque para o culto a Santo Agostinho, padroeiro dos lavradores (mês de julho) e o Círio da Santíssima Trindade (mês de setembro), das cantigas de rodas e das lendas de encantamento (Vanzin, Figueiredo, 2016) (Figuras 05 e 06).

Figura 05 – Manifestação cultural dos quilombos para promover a igualdade racial através do Samba de Cacete



FONTE: Acervo próprio.

Figura 06 – Praça da Comunidade



FONTE: Googlemaps

A economia local se dá predominantemente para o sustento familiar pelo plantio de mandioca, milho, arroz e castanha-do-pará, cacau e banana, cujo excedente é vendido no mercado local e nas feiras livres do município de Baião, Cametá, Tucuruí e Belém. Quanto aos produtos medicinais as espécies cultivadas são unha de gato, erva doce, alecrim, cedro, jatobá, hortelã e ambé, dentre outras, geralmente empregadas na fabricação de remédios, unguentos e banhos. Em menor escala pratica-se a pesca artesanal, para consumo próprio, em razão da pouca variedade e quantidade de peixes em razão da construção da hidrelétrica de Tucuruí, conforme relatos dos moradores. Além disso, vale destacar que a economia de grande parte dos moradores da Vila de Umarizal é complementada com a criação de animais domésticos nos quintais (perus, patos, porcos, galinhas caipiras etc.) e com benefícios de programas do governo federal. Exemplo nesse sentido tem-se o “Bolsa Família” e o “Programa Jovem Empreendedor” (PROJOVEM). (Vanzin e Figueiredo, 2016) (Figura 07).

Figura 07 - Associação das Comunidades Remanescente dos Quilombos - ACORQBU



FONTE: Acervo próprio

3.3 AMOSTRA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A amostra selecionada para a presente pesquisa é de familiares dos estudantes que adentraram na Universidade Federal do Pará por meio do Processo Seletivo Especial, amparados pela Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012, conhecida como Lei das Cotas. O critério de inclusão será todos os familiares (pais, irmãos, primos, tios, sobrinhos) dos alunos que adentraram na Universidade Federal do Pará por meio do Processo Seletivo Especial (Lei das Cotas), independente do grau de parentesco, residentes na comunidade de Umarizal. Os critérios de exclusão são pessoas que não possuem grau de parentesco com os estudantes que ingressaram na UFPA pelo PSE e que não moram na comunidade.

3.4 COLETA DE DADOS

3.4.1 Desenvolvimento da coleta

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas gravadas ou com questionário de perguntas, com o intuito de conhecer a percepção dos moradores da comunidade remanescente de quilombos Umarizal, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos

cursos de graduação da Universidade Federal do Pará por meio do PSE, bem como compreender o entendimento desses entrevistados sobre os benefícios e a importância do sistema de cotas para a comunidade e seus reflexos no futuro do quilombo.

3.4.2 Etapas da coleta

A coleta de dados foi realizada em duas etapas as quais ocorreram em um único encontro:

1ª etapa: aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Participam dessa pesquisa dez pessoas residentes no quilombo Umarizal. Após a apresentação dos pesquisadores, foi explicado aos entrevistados sobre o trabalho e a finalidade do estudo, as perguntas do roteiro o uso do questionário e do gravador, a natureza sigilosa da entrevista e a liberdade que os mesmos tinham de não participarem, caso assim quisessem. Em seguida foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contido no APÊNDICE A.

2ª Etapa; entrevista

Em razão de tratar-se de um projeto de pesquisa qualitativa, foram elaboradas como instrumento de coleta de dados, entrevistas individuais, gravadas com o consentimento dos participantes ou com questionário semi-estruturado contendo sete perguntas abertas previamente desenvolvidas pelos pesquisadores de acordo com o objetivo do estudo, que foi entregue ao participante preferencialmente em sua residência para responder com calma e tranquilidade, sendo recolhido no dia seguinte, para que a pressa não interferisse nas respostas e que elas fossem mais fidedignas possível, uma vez que em seu lar o entrevistado tem tempo para refletir nas questões e responder sem a interferência direta do pesquisador.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

As informações colhidas nos questionários e nas entrevistas foram separadas de acordo com as respostas dos entrevistados e analisadas de acordo com os objetivos da investigação. A análise temática surge como a metodologia mais adequada a esse tipo de abordagem pois apresenta etapas bem definidas. A análise temática deve ser vista como um método fundamental para a análise qualitativa (Braun e Clarke, 2006). Por se tratar de uma proposta de investigação flexível esse tipo de avaliação pode decorrer de forma mais rica e detalhada, mesmo que se origine de uma proposta mais elaborada.

As seis fases deste método são as seguintes:

- a) Familiarizar-se com os próprios dados – transcrição dos dados, anotar as ideias iniciais;
- b) Gerar códigos iniciais – codificação de características interessante de todos os dados de uma forma sistemática, confrontando os dados relevantes com cada código;
- c) Procurar temas – agrupar os códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial;
- d) Rever os temas - verificar os temas de trabalho em relação aos extratos codificados (fase 1) e aos conjuntos de dados (fase 2), gerando um mapa temático de análise;
- e) Definir e nomear os temas – análise em curso para aperfeiçoar as especialidades de cada tema e a história geral do que a análise apreendeu, gerando assim definições claras e os nomes de cada tema;
- f) Escrever o relatório – a integração final da análise através de seleção de descrições nítidas, extratos convincentes, para utilizar como exemplos relativos a análise final, voltando as questões do estudo e da literatura, produzindo um relatório de investigação.

3.6 QUESTÕES ÉTICAS E LEGAIS

Este projeto foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará – UFPA (Anexo I). Todos os participantes da pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e obedece a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todas as informações referentes à clientela da pesquisa em questão, foram mantidas no processo de análise, garantindo-se o sigilo absoluto assim como será mantida a fidelidade dos dados coletados.

3.7 DESCRIÇÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

Apesar do contato direto com os participantes da pesquisa os riscos serão mínimos, uma vez que a pesquisa será respondida preferencialmente na residência do entrevistado, bem como os pesquisadores se responsabilizam pela anonimato de cada participante da pesquisa. Quanto aos benefícios, destacamos a importância de conhecer as percepções e as expectativas dos familiares dos estudantes, bem como a possibilidade de nortear o projeto pedagógico da

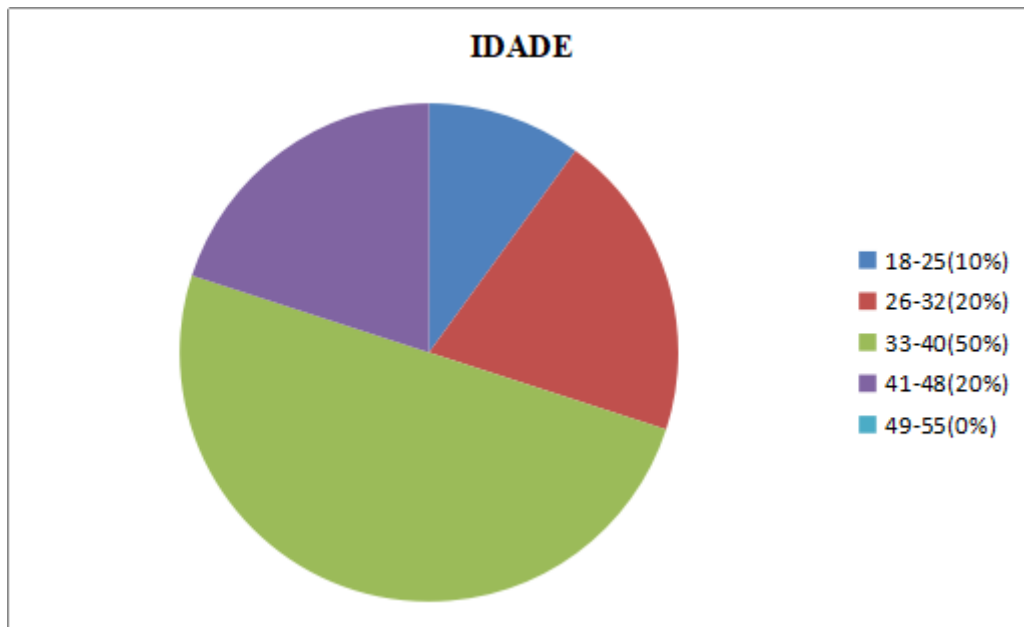
faculdade de Enfermagem e adequação dos conteúdos de suas atividades curriculares do curso e assim contribuir mais com a comunidade, dada a função social da universidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

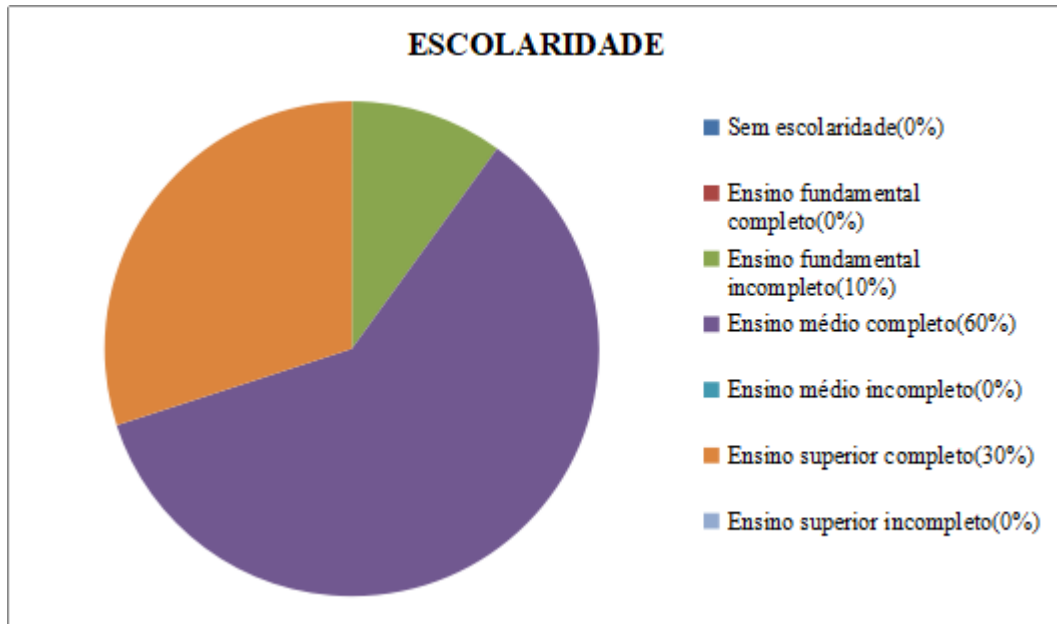
Foram entrevistados 10 pessoas sendo 2 homens e 8 mulheres assim caracterizados:

Gráfico 01: Faixa etária



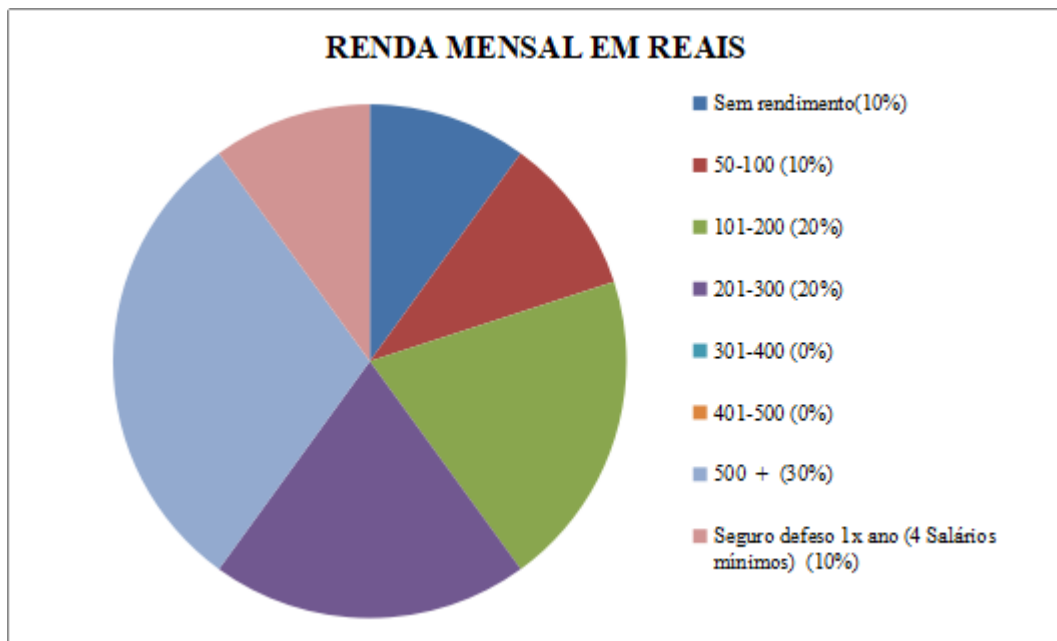
FONTE: Coleta de dados, 2019

Gráfico 02: Escolaridade.



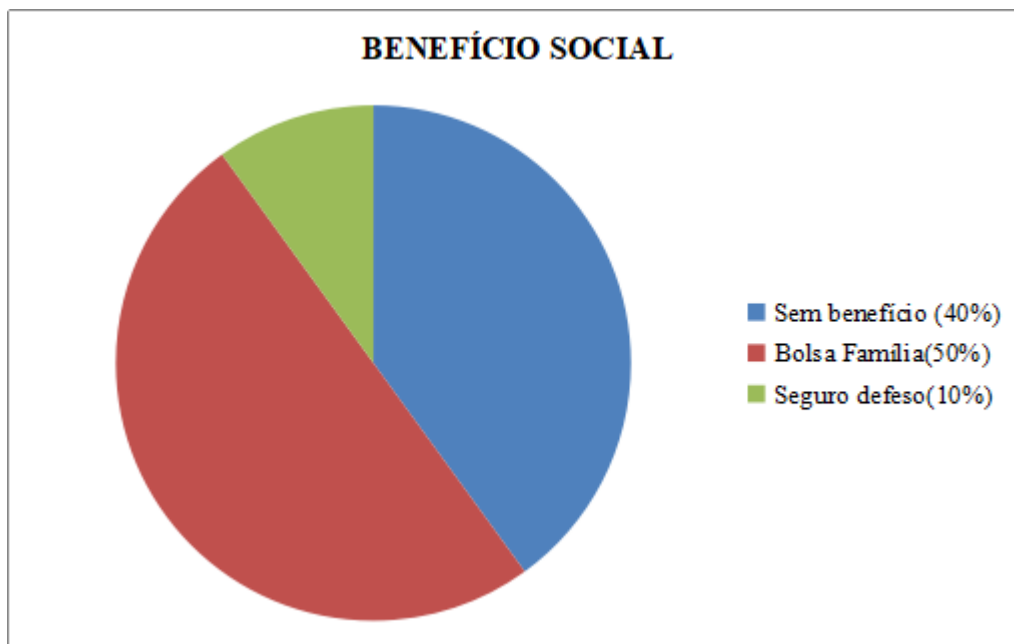
Fonte: Coleta de dados, 2019.

Gráfico 03: Renda mensal em reais.



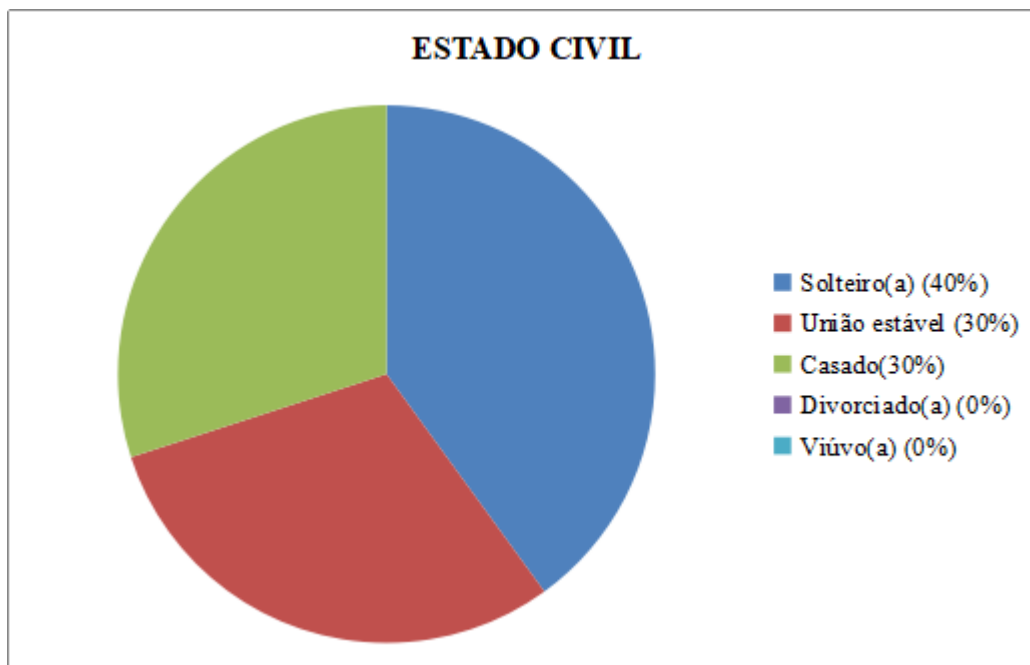
Fonte: Coleta de dados, 2019.

Gráfico 04: Recebimento de Benefício social.



Fonte: Coleta de dados, 2019.

Gráfico 05: Estado civil.



FONTE: Coleta de dados, 2019.

4.2 ANÁLISE TEMÁTICA E INTERPRETAÇÃO

4.2.1 Tema 1 - Do entendimento sobre as cotas raciais

O que você entende sobre o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras? Conhece alguém que tenha ingressado pelo sistema de cotas? Diante desses questionamentos buscou-se conhecer o entendimento do familiar do estudante sobre o PSE, sendo identificado que 100% dos entrevistados compreendem que o sistema de cotas dá acesso a universidades públicas com reserva de vagas para negro e quilombolas. Evidenciou-se o conhecimento em relação a este assunto:

“ É uma forma de concorrer a uma vaga em instituições de ensino superior através da auto declaração de raça”. (Zumbi).

“ Sim, porque dá oportunidade para as famílias pobres como na nossa comunidade que já tem muitos quilombola estudando nas cotas raciais”. (Dandara).

“O sistema de cotas é o reconhecimento que o negro e o índio merece”. (Osei Tutu).

“É um sistema que veio beneficiar as comunidades negras principalmente as comunidades quilombolas, no entanto, há controvérsias, existe pessoas que são a favor e outras que são contra, há também a falta de fiscalização e apoio didático”. (Zeferina).

A lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 da Presidência da República, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A Lei assegura que 50% das vagas disponibilizadas nas instituições de educação superior, para ingresso nos cursos de graduação, sejam preenchidas por estudantes que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

Para Cazella, 2012, essa Lei como ação afirmativa visa corrigir a desigualdade de oportunidades sociais, associada a características biológicas como raça e sexo ou ainda, sociológicas (etnia e religião), que determinam a identidade de alguns grupos na sociedade. Nesse sentido, a autoconsciência da condição genética (raça) e social no tocante a forma desigual como eram tratados no decorrer da história da sociedade, traduz, que os quilombolas buscam valer-se dos seus direitos, mesmo que não possuam um conhecimento mais detalhado sobre eles.

4.2.2 Tema 2 - Opinião sobre as cotas raciais e benefícios alcançados

Qual sua opinião sobre o Processo Seletivo Especial? Quais foram os benefícios que o PSE trouxe para sua família? Ao elaborar essas questões, buscou-se captar o julgamento dos entrevistados relativo ao pensamento crítico sobre as cotas e a reflexão se houve ou não algum tipo de satisfação pessoal e/ou familiar ao se ter um parente cursando uma graduação em uma universidade pública. Nesse sentido, 60% dos participantes da pesquisa relataram que o sistema de cotas oportuniza jovens quilombolas a entrarem na universidade, uma vez que eles não têm condições de pagar para frequentar uma instituição particular, bem como é disponibilizado pelo Ministério da Educação e Cultura um incentivo da bolsa permanência e pela Universidade Federal do Pará, um auxílio moradia ao universitário, para que ajude o estudante a se manter na universidade e custear suas despesas diversas, tendo em vista que este, em geral, mora em outro município, distante da sede da universidade. Em relação a esse assunto, assim se posicionaram os entrevistados (as):

“ Para mim ele é muito importante pois o PSE oferece muitas oportunidades para que os jovens quilombolas que não tem condições de ingressar dentro de uma universidade. Agradeço muito a Deus por essa benção que Deus nos entregou, se não fosse através das cotas que é esse órgão, meu filho não estaria lá, porque não tínhamos condições de pagar uma universidade particular”. (Carolina Maria).

“Os benefícios foram que quem passa na prova é beneficiado pelo governo, ganha uma bolsa e a família que mora no interior já não tem uma preocupação de trabalhar para arrumar dinheiro para mandar pros filhos que estão estudando, por isso eu acho que esse dinheiro é uma grande ajuda, uma vez que essas pessoas não têm condições de se manter”. (Tereza de Benguela).

“ Essa cota veio trazer benefícios bons pra nós quilombolas, principalmente pra nós ribeirinhos que não temos condições de pagar uma faculdade para nossos filhos, veio trazer benefícios ótimo pra gente. É um orgulho muito grande porque nós como pescadores pra nos ribeirinhos é uma honra e a gente agradece desde de já”. (Luísa Mahim).

É mister ressaltar que algumas reações relativas ao PSE não é visto como um direito. Nota-se aqui um sentimento de agradecimento como se tal processo fosse uma dádiva de Deus e das autoridades, não fruto resultante das lutas dos movimentos sociais. Não mencionaram que o PSE é reconhecimento da injustiça social que sofreram durante anos.

Nesse sentido, Frazer (2002), propõe uma abordagem que requer que se olhe para a justiça de modo bifocal, usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Quando tal acontece, a justiça surge como um conceito que liga duas dimensões do ordenamento social – a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento. Nesse sentido, partindo da abordagem da autora, entendemos que as cotas são a materialização da perseguição por justiça.

Ainda para Frazer (2002), só através da convergência dos dois objetivos num único esforço será possível cumprir os requisitos de justiça para todos. Assim, muito caminho ainda há de ser percorrido para que haja justiça plena.

Mesmo depois de mais de seis anos da Lei das cotas, os debates acerca da política pública têm sido cada vez mais constantes. As discussões se concentram na possibilidade ou não de aplicação da medida, gerando muita polêmica e dividindo a opinião da sociedade.

A questão das cotas é questionada principalmente em função de diferenciar brancos dos negros, parecendo favorecer mais aos últimos. Cazella (2011), declara que os que são contra as cotas raciais firmam sua opinião justamente no artigo 5º, *caput* da Constituição Federal ao afirmar que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, em razão das universidades públicas privilegiarem uma determinada raça, fazendo distinção entre pessoas em razão da sua cor. Em sentido contrário, o Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial (2011), os autores enfatizam que a desigualdade de raças já está estabelecida historicamente no país e que a aplicação de políticas públicas particularmente, em relação à educação com investimentos em escolas de ensino básico integral e de boa qualidade alteraria essa realidade.

Outro item de discórdia dá-se em função da miscigenação. Segundo Guimarães (2003), para os contrários, o critério diferenciado pela lei (raça/cor) é difícil de ser estabelecido, uma vez que no Brasil, há uma imensa mestiçagem o que impediria definir exatamente quem é ou não negro ou afrodescendente e que não há um critério científico que possa distinguir quem é negro em nosso país, principalmente quando o meio utilizado para determinar quem é ou não negro é o da auto definição. Os que são a favor das cotas afirmam que justamente por esta dificuldade de se encontrar critérios seguros para determinar quem é negro não são suficientes para invalidar sua aplicação, sendo o método da auto declaração mais democrático e que motiva a formação da identidade negra.

4.2.3 Tema 3 - Perspectivas quanto ao futuro.

O que você espera que os futuros profissionais tragam à comunidade? Você acredita que o sistema de cotas trouxe perspectivas de um futuro melhor para os jovens quilombolas? Qual a importância dessas cotas para a comunidade? Essas questões foram planejadas buscando identificar as expectativas das famílias em relação ao futuro da família em si e da comunidade após a formação dos novos profissionais. Foi verificado que todos os entrevistados (100%) esperam que os futuros profissionais retornem ao seu local de origem trazendo seus conhecimentos, atuando de maneira efetiva e ajudando no crescimento e desenvolvimento da comunidade quilombola. Nota-se que 40% dos entrevistados relataram que aguardam a implantação de projetos sociais que venham contribuir positivamente na área da educação e da saúde. Sobre esse assunto:

“Que mesmo com toda dificuldade tragam projetos que favoreçam nossa comunidade dentro de suas especificidades...”. (Zeferina).

“ Não sei explicar muito bem, que ela venha trazer qualificação pros nossos filhos e através dele venha trazer conhecimento pra ele e pra nós da comunidade também. O que a gente espera é que os nossos alunos que foram estudar fora que possam trazer coisas boas para nossa comunidade, trabalhar em prol da nossa comunidade”. (Luísa Mahim).

“Que eles não esquece da nossa comunidade. Que eles tragam melhora pra nossa comunidade, trazer um futuro melhor pra nois”. (Dandara).

“Sim, devido as cotas nossos jovens podem entrar na universidade, se formar e conseguir um bom emprego”. (Zumbi).

“ Que eles venham trazer mais melhorias pra nossa comunidade Muito esquecida pelas autoridades.”(Aqaltune)

“É de grande importância pois pode trazer mais renda pra Comunidade”.(Acotirene)

Os entrevistados demonstraram ainda, preocupação em relação a dificuldade de se trabalhar nas comunidades em razão da falta de estrutura e por não ter área de atuação para a maioria das profissões.

“...no entanto sabemos que não podemos esperar que todos venham trabalhar na comunidade, pois sabemos do grau de dificuldade em arranjar emprego numa comunidade pequena, onde a maioria das pessoas dependem da prefeitura”. (Zeferina).

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa ficou evidenciado que os quilombolas têm total entendimento do sistema de cotas raciais, que a lei reserva vagas para o ingresso de negros e quilombolas de forma gratuita ao ensino superior; compreendem que o PSE é o processo que dá oportunidade de acesso a universidades públicas federais, pelo critério de autodeclaração de raça. Na sua maioria os quilombolas atribuem esse direito ao reconhecimento da raça negra, demonstrando que se assumem como negros, consolidando sua identidade, porém, alguns acreditam ser uma dádiva divina e das autoridades, não tendo consciência da conquista de seus direitos. Reconhecem que a lei das cotas trouxe o benefício do acesso gratuito ao ensino superior que em razão das desigualdades sociais evidenciadas na formação da sociedade brasileira foram marginalizando os afrodescendentes, tendo em vista que a maioria não possui condições financeiras para pagar as faculdades privadas. Além desse benefício, relatam que o recebimento das bolsas permanência e auxílio, trazem alívio à família, que em geral não têm condições de manter os estudantes nas universidades em outros municípios polos universitários longe do seu local de origem. Todos os entrevistados sem exceção, esperam grandes mudanças na comunidade, anseiam que os estudantes retornem ao quilombo trazendo conhecimentos e projetos que elevem a qualidade de vida dos habitantes social e economicamente.

Destarte as cotas e PSE sejam um tema controvertido, que gera calorosas discussões, não sendo unânimes as posições favoráveis, é notório que essa ação afirmativa representa considerável vitória para a raça negra e considerando que o propósito da universidade é a inclusão sem discriminação de qualquer natureza, principalmente étnica e cultural, influenciando opiniões é que sugere-se que sejam incluídas nas grades curriculares dos cursos de graduações, atividades curriculares que estimulem a empatia nos acadêmicos não pertencentes aos grupos de quilombolas, indígenas e com deficiência, sensibilizando-os a apoiar e incentivar seus companheiros e amigos de sala de aula.

Verificou-se, ainda, que a comunidade de Umarizal não dispõe de opções de emprego e renda que favoreçam a permanência dos futuros profissionais no quilombo, por essa razão se

faz necessária a presença mais ativa do Estado, investindo em infraestrutura básica como a colocação de bloquetes e saneamento básico nas ruas, utilizando-se, se possível, mão de obra da própria comunidade, fomentando a abertura de emprego e melhoria de vida da população. Sugere-se, ainda, a abertura de indústrias de beneficiamento de castanha do Pará, do cacau e polpa de frutas, plantio de castanheiras e outros tipos de madeira nobre de modo sustentável aproveitando a grande extensão do quilombo. A implantação de oficinas de compostagem para melhorar a qualidade e a quantidade de hortaliças e frutas para venda diária em Baião e redondezas e a realização de eventos como feiras livres mensalmente para complementar a renda da população quilombola. A abertura de novos cursos da UFPA no polo de Baião, para que os quilombolas possam ficar mais perto de suas casas e de suas famílias, reduzindo o estresse causado pelo afastamento de seus parentes e amigos.

O estudo demonstra assim que para esses moradores da comunidade do Umarizal, remanescentes de quilombo, esperança de melhoria de vida, de dignidade e de prosperidade, estão intimamente ligadas à educação e o processo seletivo especial é a luz que precisam para a efetivação do direito que lhes é devido. É caminho para a emancipação, é promessa de vida.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Marin e Castro. **Negros do Trombetas-Guardiões de Matas e Rios**. 1998. Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016, **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 fev 2016.
- BRAUN, V., CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRASIL. **Constituição** (1988). República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CAZELLA, Bárbara Bruna Bressiani, O sistema de cotas raciais para negros nas universidades públicas brasileiras, **Espaço Jurídico**. Joaçaba, v. 13, n. 2, p. 373-392, 2012.
- DOS SANTOS, Elizabete Figueiroa; SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Desigualdades Raciais, Mérito e Excelência Acadêmica: Representações Sociais em Disputa. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, nº 2, p. 267-279, 2016.
- FERREIRA, R.F., MATTOS, R.M. O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 46-63, 2007.
- FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves, VANZIN, Mariana Menezes. **Da escravidão à organização sociopolítica: situações emergentes da comunidade quilombola de Umarizal, Baião/PA**. 2016, 42. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.
- FRASER. Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 7-20, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Gomes, Flávio dos Santos (orgs), **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **O acesso do negro às universidades públicas. In. Educação e Ações Afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília. DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2003.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: **idades**. <https://idades.ibge.gov.br/brasil/pa/baião/panorama>, acessado 11.06.2018. Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012, Presidência da República.
- LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2010, n.87, pp.77-95. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>.

GELEDES. **Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/confira-a-integra-do-manifesto-a-favor-das-cotas/>. Acesso em 08 jun 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Carmélia, APARECIDA Silva. Comunidades Quilombolas Do Brasil: Desafios E Perspectivas. **Rev. Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 253-279, jul./dez. 2013.

NASCIMENTO, Abdias do, **O genocídio do negro brasileiro: processo e um racismo mascarado**, Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

OS QUILOMBOS NO BRASIL: QUESTÕES CONCEITUAIS E NORMATIVAS, Ilka Boaventura Leite, Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354, disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf, acessado em 18.07.2017.

QUINTALIANO, Marta; **BRAGA**, Claudomilson Fernandes. **Análise das Representações Sociais de Estudantes Indígenas e Quilombolas sobre as Políticas de Cotas da UFG**, Emblema, Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2018, v. 15, n. 54 – 66, jul. – dez. 2018.

Resolução nº 4.309 de 27 de agosto de 2012, Serviço Público Federal, Universidade Federal do Pará, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

REVISTA VEJA. Edição 2543. Ano 50. nº 33 de 16 de agosto de 2017. Ed. Abril.

Reproduzido de DURKHEIM, E. "O que é fato social?" In: As Regras do Método Sociológico. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11.

RIBEIRO, Darcy, **O povo brasileiro: a formação, e o sentido do Brasil**, 3ª Ed. São Paulo, Global, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Rev. psicol. polít.**, v.10, n.19 São Paulo jan., 2010.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas>, acessado em 07.08.2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO CIÊNCIAS DA SAÚDE
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
 FACULDADE DE ENFERMAGEM

CONTANDO AS COTAS – SUA SIGNIFICÂNCIA PARA UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:

IDADE:

PROFISSÃO:

LOCAL DE NASCIMENTO:

TEMPO DE RESIDENCIA NA COMUNIDADE

RENDA MENSAL:

ORIGEM DA RENDA:

ESCOLARIDADE:

RECEBE BENEFÍCIOS DO GOVERNO:

QUAL:

1. O que você entende sobre o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras?
2. Qual sua opinião sobre o Processo Seletivo Especial?
3. Quais foram os benefícios que o PSE trouxe para sua família?
4. O que você espera que os futuros profissionais tragam à comunidade?
5. Você acredita que o sistema de cotas trouxe perspectivas de um futuro melhor para os jovens quilombolas?
6. Qual a importância dessas cotas para a comunidade?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa, **CONTANDO AS COTAS – SUA SIGNIFICANCIA PARA UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO**. Este estudo pretende conhecer a percepção e as expectativas dos moradores da comunidade Umarizal, remanescente de quilombos, localizada no Município de Baião/PA, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará pelo Processo Seletivo Especial.

JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS

O motivo que nos leva a estudar a revelar o entendimento dessa política pelos moradores desse lugar e significado dessa inclusão para os mesmos e o conhecimento desses sentimentos dos moradores é que eles poderão nortear o projeto pedagógico da faculdade de Enfermagem e a adequação dos conteúdos de suas atividades curriculares e assim contribuir mais com a comunidade, dada a função social da universidade. A pesquisa se justifica em razão do sistema de cotas nas universidades brasileiras frequentemente tem sido o alvo de polêmica desde antes de sua implantação. Sendo os moradores das comunidades remanescentes de quilombos, os principais atores dessa política social, e por uma das autoras desse estudo pertencer a uma dessas comunidades, cursando a faculdade de enfermagem na Universidade Federal do Pará.

O objetivo deste projeto é compreender conhecer a percepção e as expectativas dos moradores de uma comunidade remanescente de quilombos, a respeito da inclusão de alguns de seus moradores nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Em virtude disso, a pesquisa qualitativa, segundo Oliveira (2011), tem relação com a coleta de dados descritivos a partir da relação interpessoal direta do pesquisador com o meio em que está inserido e a situação a ser estudada, destacando mais o processo do que o produto, pois se destina a evidenciar a perspectiva dos moradores da comunidade. O procedimento de coleta de informações será entre Setembro e Dezembro de 2017 na Comunidade Quilombola Umarizal na cidade de Baião, no Estado do Pará. Com abordagem qualitativa estimulando os entrevistados a pensarem livremente mostrando aspectos subjetivos de conceitos, ideias e entendimento a partir de padrões encontrados nas coletas de dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. Participarão somente familiares ascendentes (pais) e colaterais (irmãos/irmãs) que residem na comunidade e possuem familiar que ingressou em algum curso de graduação na UFPA pelo Processo Seletivo Especial, que aceitem participar da pesquisa após assinarem o termo de consentimento de livre esclarecimento, onde será utilizado questionário, após agendamento onde responderão aos questionários aplicados.

RISCOS E BENEFÍCIOS

De acordo com a Resolução 466 de 12/12/2012, estabelecida pela plenário do Conselho Nacional de Saúde, a presente pesquisa atende aos requisitos de benefício que envolve atualização de conhecimento e qualidade profissional. As informações transmitidas por eles geram a possibilidade de compreender melhor, respeitando e compreendendo quaisquer limitações sem oferecer riscos de danos físicos, psíquicos, moral, intelectual, social ou cultural, como é definido pela resolução. Entretanto a pesquisa pode oferecer risco mínimo como a quebra do anonimato dos participantes, assim como a

aplicação dos questionários que foi agendado previamente e respeitando o sigilo dos participantes, em garantir a desistência em qualquer momento durante ou em decorrente da pesquisa.

Como benefício o trabalho trará uma melhor percepção do sentido e suas expectativas podem nortear o projeto pedagógico da faculdade e adequação dos conteúdos de suas atividades curriculares e assim contribuir mais com a comunidade, dada a função social da universidade.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. As pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Enfermagem da Universidade federal do Pará (UFPA) e outra será fornecida a você. CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS, a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE

Eu, _____, fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima detalhada acima e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora NAZARE LIMA, certificou que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de duvidas poderei chamar as pesquisadoras e estudantes AURIONE MIRANDA DA CONCEIÇÃO 816, Bairro Canudos em Belém. CEP 66070-000, e-mail: auryy.577@gmail.com, MÔNICA SANTOS DE ARAUJO LIMA, residente na Avenida Rômulo Maiorana, nº 81, Apto 301, Bairro de São Bras em Belém/PA, CEP 66.093-672, e-mail: araujosantoslina@hotmail.com. NAZARÉ LIMA ou o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP – ICS/UFPA) – Prédio de Enfermagem em frente ao Hospital Betina Ferro de Souza.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Assinatura da testemunha

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa